

# Constituinte rejeita anistia da esquerda

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte rejeitou ontem a emenda da esquerda que concedia anistia a todos os militares que, em decorrência dos fatos ocorridos em 1964, tenham sido atingidos por atos administrativos, desde que uma sentença judicial venha a reconhecer que a punição tenha sido causada por motivos políticos. A emenda, articulada pela liderança do PMDB, com o apoio dos partidos de esquerda e do PTB, não atingiu o quórum de 280: teve 213 votos a favor, 221 contra e 21 abstenções.

A rigor, a emenda não poderia ser considerada uma anistia concedida pelo Legislativo, já que dependeria de uma apreciação judicial de cada caso, mas foi a fórmula que as esquerdas julgaram passível de aprovação, beneficiando os praças e marinheiros punidos com base em atos administrativos.

A rejeição decepcionou não só os articuladores da iniciativa, mas inúmeros dos que seriam beneficiados pela medida, que, das galerias, assistiam à votação. Ao contrário da véspera, eles não reagiram com irritação, mas eram muitos os que, de cabeça abaixada, rosto entre as mãos, não disfarçavam o desânimo.

JUSTIÇA

A emenda que remetia ao Judiciário o exame das punições aos praças e marinheiros foi encaminhada favoravelmente pelo líder Mário Covas, que sustentou ser irrelevante o fato de a punição decorrer de atos administrativos. A prioridade, disse, "é fazer justiça a essas pessoas". Além disso, argumentou, não é possível elaborar uma Carta baseada nos princípios da igualdade e da democracia se o benefício não for estendido a um pequeno grupo que ficou de fora, quando quase todos já foram contemplados. O líder governista Carlos Sant'Anna respondeu a Covas dizendo que a anistia já foi concedida em 79 e em 85, através da Emenda 26. E criticou a emenda da esquerda observando que ela não concedia o benefício através do Legislativo, mas apenas remetia a questão ao Judiciário, onde milhares de pendências deveriam se acumular. A anistia proposta nos termos da emenda, afirmou, "subverteria a hierarquia militar".

O senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) respondeu explicando que os praças e marinheiros jamais receberiam qualquer benefício, e que não haveria subversão de hierarquia porque a emenda não concede reintegração. Coube ao senador Jarbas Passarinho, líder do PDS, a última palavra sobre a emenda, afirmando que sua aprovação acabaria com a disciplina e hierarquia militares, "ponto fundamental" para justificar a rejeição.

A íntegra do projeto da anistia está na página 39



André Duack

Wernon Roure (com papel na mão), assessor parlamentar do Exército, assiste à votação

## Pilotos cassados vão receber indenização

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Os pilotos da Força Aérea Brasileira cassados em 1964, por meio de portarias reservadas do então ministro-brigadeiro Nelson Lavare-Wanderley, ganharam ontem o direito a uma reparação em dinheiro, por parte do Estado, por terem sido impedidos de exercer a sua profissão durante todos esses anos, até mesmo nas companhias aéreas civis. Também os militares punidos durante os seis meses (julho a dezembro de 1969) em que o ex-presidente Costa e Silva foi declarado impedido, por razão de doença, poderão requerer ao Supremo Tribunal Federal o reconhecimento das vantagens interrompidas pelos atos punitivos, "desde que comprovem terem sido estes evitados de vícios graves".

Se os grandes derrotados com a votação de ontem na Constituinte foram mais uma vez os 45 cabos e os 1.509 marinheiros licenciados com atos administrativos, a partir de 1964, por terem participado em comícios, os demais 1.164 oficiais e praças cassados com atos institu-

cionais poderão ainda beneficiar-se de uma terceira anistia. E isso porque, pelo texto do Centrão aprovado ontem, alguns dos anistilados serão alvo de promoções na inatividade, caso seus colegas de turma na ativa do Exército, Marinha ou Aeronáutica tenham subido de posto no período posterior à última anistia, aprovada em 1985.

Outros poucos militares que poderão requerer o direito à promoção, para receber proventos referentes a patentes superiores, são os participantes dos levantes dos quartéis ocorridos em 1935, durante o movimento conhecido como Intentona Comunista. Existem poucos sobreviventes, e um deles, o ex-capitão e ex-secretário-geral do PCB Luiz Carlos Prestes, não terá esse direito por ter pedido demissão do Exército.

A votação das inúmeras emendas discutidas ontem foi acompanhada muito atentamente pelos assessores parlamentares do Exército, Marinha e Aeronáutica, que temiam principalmente, a aprovação da emenda-fusão defendida por Mário Covas, que acabou recebendo apenas 213 votos favoráveis, contra 221.

## Bayma Denys nega pressões do Planalto

MANAUS  
AGÊNCIA ESTADO

A proposta do Centrão limitando a anistia aos militares cassados, aprovada ontem na Constituinte, "se enquadra no interesse da disciplina e da hierarquia". A afirmação foi feita, antes da votação, pelo ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys que, antecipando o resultado, não quis creditá-lo às pressões do Palácio do Planalto: "O governo não pressiona nada", garantiu.

Bayma Denys esteve em Manaus para participar da assinatura de convênios com o governo do Estado do Amazonas para obras de infra-estrutura e assistência social, com recursos da Legião Brasileira de Assistência (LBA), para a implantação definitiva do Projeto Calha Norte, "muito criticado por segmentos da sociedade brasileira mas começando a mostrar resultados práticos".

## Grevistas demitidos voltarão às estatais

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte aprovou ontem por 406 votos contra oito e nove abstenções a emenda concedendo anistia a todos os servidores públicos e empregados de estatais, em todos os níveis de governo — excetuados os ministérios militares — demitidos por participação em greve. Todos serão readmitidos, sem direito, porém, a receber a remuneração atrasada.

O texto do Centrão referente à anistia, preliminarmente aprovado, ficou inalterado. Fica concedida anistia a todos os punidos com base em atos de exceção, a partir de 1964. A eles se asseguram as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem na ativa, mas sem efeito retroativo. Essa medida se aplica também aos trabalhadores do setor privado. Os que foram cassados ou tiveram os direitos políticos suspensos poderão requerer reparação na Justiça, e os que foram impedidos de exercer suas atividades profissionais na vida civil também terão direito a reparação econômica a ser definida em lei. Segundo informação do comando do Mo-

vimento Unificado dos Funcionários das Estatais, o governo demitiu, entre o final de 1987 e o início de 1988, cerca de mil funcionários de empresas estatais. Um levantamento será feito para indicar quais foram os demitidos por motivos políticos, que serão beneficiados.

EFUSÃO

A decisão da Constituinte foi saudada por gritos de efusão de cerca de 200 demitidos que se encontravam nas galerias. A emenda, resultante de propostas de Hélio Duque (PMDB-FR), Carlos Cardinal (PDT-RS) e João Paulo (PT-MG), foi defendida, da tribuna, pelo senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que, pouco antes, havia combatido veementemente a emenda que concedia anistia aos marinheiros punidos administrativamente em 1964. Para Passarinho, nem todos que participaram de greves ilegais foram demitidos e era justo, a seu ver, que se desse nova oportunidade "a essas moças e rapazes".

O governo federal não emitiu comentários sobre a medida. Uma nota da Secretaria da Imprensa comunicou, apenas: "O Palácio do Planalto não vai se pronunciar sobre o assunto".



André Duack

Funcionários de estatais comemoram nas galerias

## Mailson condena perdão a dívida

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, voltou a condenar veementemente a emenda constitucional que concede anistia da correção monetária a microempresas e pequenos e médios produtores rurais. Afirmou que "não existe almoço de graça", aludindo à famosa frase do ex-ministro Delfim Netto, e que, por isso, o contribuinte brasileiro "pagará a conta", se a Constituinte aprovar a emenda.

Lembrou que a anistia provocará um prejuízo de US\$ 10 bilhões — com o Tesouro Federal e os estaduais absorvendo de 80 a 90% desse montante, de forma direta e indireta. "Um rombo como esse só poderá ser financiado por um aumento de impostos e elevação da dívida pública", alertou.

O ministro informou que a anistia "atingirá em cheio" bancos estaduais que atuam em regiões mais pobres. Para exemplificar, revelou que a anistia da correção monetária de financiamentos concedidos por um banco estadual do Nordeste equivale a três vezes seu patrimônio líquido.

Mailson da Nóbrega defendeu a adoção de soluções caso a caso para que se contornem os efeitos negativos da correção monetária sobre as microempresas e os agricultores. "O que não podemos permitir é que o lobby de um determinado grupo recaia sobre milhões de contribuintes", concluiu.

Os autores das emendas de anistia à correção monetária estão esperando que o Ministério da Fazenda e o Banco Central terminem de calcular o custo da anistia, para conversar com os líderes dos partidos sobre a votação.

"Tudo depende desse novo cálculo", disse ontem o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), um dos autores das emendas. Mansueto criticou o ministro Mailson da Nóbrega por só agora ter determinado o cálculo do custo da fusão das emendas que anistiam a correção monetária — além da de Mansueto, há também emendas dos deputados mineiros Humberto Souto e Ziza Valadares, do PMDB.

"O ministro já conhecia a proposta da fusão desde a semana passada, quando conversamos com ele na Fazenda", diz o senador.

## Governo prefere buscar o acordo

O governo não se vai tentar adiantar à decisões da Constituinte, no que se refere às emendas Mansueto de Lavor, Humberto Souto e Ziza Valadares, através de decretos ou decretos-leis, preferindo buscar um entendimento com os parlamentares. A opinião é do ministro Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), e foi transmitida ontem ao presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Bornhausen, em encontro realizado no Palácio do Planalto.

Bornhausen afirmou que o general Ivan expressou a preocupação do governo com a possibilidade de aprovação das emendas que anistiam a correção monetária incidente sobre os débitos contraídos por micro e pequenos empresários e pequenos produtores rurais, durante o Plano Cruzado. Para Bornhausen, se a decisão for aprovada haverá um tumulto na economia, com a desestruturação dos bancos, especialmente os oficiais, que detêm, de acordo com cálculos do banqueiro, 80% do total da dívida desses segmentos.



Luiz Geovani — 9887

Bornhausen quer evitar perdão de dívidas